

Banco Caixa Geral – Brasil S.A.

Relatório de Administração	3
Balancos Patrimoniais	4
Demonstrações dos Resultados	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	8
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	9
A Diretoria	26
Controller	26
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	27

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do Banco Caixa Geral – Brasil S.A. submete à apreciação de V. Sas., o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

DESEMPENHO

O Banco Caixa Geral – Brasil manteve uma atuação conservadora, notadamente na expansão de sua Carteira de Crédito. Medidas de contenção de custos continuaram a ser tomadas e tiveram papel importante nos resultados do Banco. As atividades de Tesouraria tiveram participação destacada nos resultados do período.

Na atividade de Corretagem, foi aprovada, no final do primeiro semestre de 2017, pelo Banco Central do Brasil, a venda da participação de 51% na Rico Corretora de Títulos e Valores Mobiliários para a XP Investimentos por um montante aproximado de R\$216 milhões. O Banco Caixa Geral – Brasil encerrou 2017 com um resultado positivo de R\$80,1 milhões.

ÍNDICE DE BASILÉIA

O Banco adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2017, o Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 34,07%.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

A função de Riscos no Banco Caixa Geral – Brasil é independente das áreas de negócios, mantém vínculo funcional com a Diretoria de Riscos da Caixa Geral de Depósitos e foi estruturada com uma Gerência de Análise de Crédito e uma Gerência de Riscos de Mercado, Liquidez, Operacional e Crédito. O Banco Caixa Geral – Brasil também conta com uma estrutura própria para a Gestão do Capital. Conforme determinado pelas regras do Banco Central, os relatórios das estruturas de Gerenciamento de Risco Operacional, de Mercado, de Crédito e Gerenciamento de Capital estão disponíveis na sede do Banco, e as informações requeridas pela Circular nº 3.678/13 do BACEN e a estrutura de Gerenciamento do Risco de Liquidez são divulgadas no sítio da Instituição na internet, no endereço: www.bcgbrasil.com.br.

AGRADECIMENTOS

A Administração do Banco Caixa Geral – Brasil agradece aos clientes que em nós depositam confiança, ao seu acionista Caixa Geral de Depósitos pelo apoio recebido, aos seus funcionários pelo compromisso e dedicação e, aos nossos fornecedores e demais entidades com quem nos relacionamos pela colaboração.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2017	2016
Circulante		1.171.214	1.471.760
Disponibilidades	4	5.821	202.658
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	215.227	543.947
Aplicações em operações compromissadas		215.227	540.641
Aplicações em depósitos interfinanceiros		–	3.306
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		666.960	233.122
Carteira própria	6.a	450.884	139.488
Vinculados a compromissos de recompra	6.a	9.878	4.182
Vinculados à prestação de garantias	6.a	14.136	45.967
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	192.062	43.485
Relações Interfinanceiras		584	328
Créditos vinculados		196	155
Relações com correspondente		388	173
Operações de Crédito		82.779	282.279
Operações de crédito		82.779	282.279
Setor privado	9.c	88.952	345.699
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.d	(6.173)	(63.420)
Outros Créditos		179.021	208.995
Créditos por avais e fianças honrados	9.c	31.068	19.681
Carteira de câmbio	10	117.902	147.822
Rendas a receber	12	665	2.711
Diversos	11	45.085	50.032
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9.d	(15.699)	(11.251)
Outros Valores e Bens		20.822	431
Bens não de uso	13	20.317	–
Despesas antecipadas		505	431
Realizável a Longo Prazo		673.072	650.597
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		404.700	478.939
Carteira própria	6.a	131.696	188.302
Vinculados a compromissos de recompra	6.a	49.739	61.357
Vinculados à prestação de garantias	6.a	152.543	177.603
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	70.722	51.677
Operações de Crédito		239.004	145.108
Operações de crédito		239.004	145.108
Setor privado	9.c	248.244	146.765
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.d	(9.240)	(1.657)
Outros Créditos		29.368	26.352
Carteira de câmbio	10	5.792	–
Diversos	11	25.892	26.352
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9.d	(2.316)	–
Outros Valores e Bens		–	198
Despesas antecipadas		–	198
Permanente		78.938	5.294
Investimentos		76.081	1.799
Participação em controlada	14	76.081	1.799
Outros investimentos		2	2
Provisão para perdas		(2)	(2)
Imobilizado de Uso	15	2.628	3.138
Outras imobilizações de uso		4.598	4.560
Depreciações acumuladas		(1.970)	(1.422)
Intangível	16	229	357
Outros ativos intangíveis		1.667	1.667
Amortizações acumuladas		(1.438)	(1.310)
Total do Ativo		1.923.224	2.127.651

Passivo	Nota	2017	2016
Circulante		1.237.978	1.506.727
Depósitos	17.a	499.355	464.876
Depósitos à vista		20.015	11.991
Depósitos interfinanceiros		148.439	71.651
Depósitos a prazo		330.901	381.234
Captações no Mercado Aberto	17.b	88.015	196.419
Carteira própria		60.958	68.913
Carteira terceiro		-	120.079
Carteira livre movimentação		27.057	7.427
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	17.c	128.948	160.439
Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário		29.457	54.426
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio		93.373	105.195
Obrigações por emissão de letras financeiras		6.118	818
Relações Interdependências		24	1.326
Recursos em trânsito de terceiros		24	1.326
Obrigações por Empréstimos e Repasses		282.128	580.948
Repasses do país – Instituições oficiais	17.d	11	2.031
BNDES		-	1.684
Finame		11	347
Empréstimos no exterior	17.e	282.117	578.917
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.a	179.479	18.638
Instrumentos financeiros derivativos		179.479	18.638
Outras Obrigações		60.029	84.081
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		198	67
Carteira de câmbio	10	26.697	47.862
Sociais e estatutárias		802	-
Fiscais e previdenciárias	18.b	26.006	19.522
Negociação e intermediação de valores		789	7.486
Diversas	18.c	5.537	9.144
Exigível a Longo Prazo		272.249	283.908
Depósitos	17.a	165.320	81.509
Depósitos a prazo		165.320	81.509
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	17.c	63.335	18.465
Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário		-	2.894
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio		13.877	9.883
Obrigações por emissão de letras financeiras		49.458	5.688
Obrigações por Empréstimos e Repasses		9.705	155.206
Repasses do país – Instituições oficiais	17.d	9.705	9.591
BNDES		8.632	8.508
Finame		1.073	1.083
Empréstimos no exterior	17.e	-	145.615
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.a	19.815	24.751
Instrumentos financeiros derivativos		19.815	24.751
Outras Obrigações		14.074	3.977
Sociais e estatutárias	18.a	171	171
Diversas	18.c	13.903	3.806
Resultado de Exercícios Futuros		444	621
Rendas antecipadas		444	621
Patrimônio Líquido		412.553	336.395
Capital social	21.a	400.000	400.000
De domiciliados no exterior		400.000	400.000
Reserva Legal		802	-
Reserva Especial de lucro		14.444	-
Ajuste ao valor de mercado – TVM		(2.693)	452
Prejuízos acumulados		-	(64.057)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.923.224	2.127.651

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2017		2016
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da Intermediação Financeira		69.966	171.064	234.426
Operações de crédito		21.670	51.872	97.567
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		50.522	124.131	152.012
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e	(7.572)	(15.258)	(15.153)
Resultado de operações de câmbio		5.346	10.319	–
Despesas da Intermediação Financeira		(18.516)	(98.264)	(176.753)
Operações de captações no mercado		(37.464)	(85.670)	(96.314)
Operações de empréstimos e repasses		(3.204)	(19.532)	(35.621)
Resultado de operações de câmbio		–	–	(14.613)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	9.e	22.152	6.938	(30.205)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		51.450	72.800	57.673
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(40.584)	12.718	(40.064)
Receitas de prestação de serviços	25	4.483	9.311	17.800
Resultado de participação em controlada	14	1.974	74.282	1.244
Despesas de pessoal		(15.563)	(29.085)	(35.773)
Outras despesas administrativas	26	(12.214)	(24.453)	(20.831)
Despesas tributárias	27	(2.657)	(4.120)	(4.982)
Outras receitas (despesas) operacionais	28	(16.607)	(13.217)	2.478
Resultado Operacional		10.866	85.518	17.609
Resultado Não Operacional		–	54	(9)
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro		10.866	85.572	17.600
Imposto de Renda e Contribuição Social	20.a	(4.214)	(5.467)	(7.479)
Provisão para imposto de renda		–	–	(1.090)
Provisão para contribuição social		–	–	(908)
Ativo fiscal diferido		(4.214)	(5.467)	(5.481)
Lucro Líquido do semestre/exercício		6.652	80.105	10.121
Lucro por ação no final do semestre/exercício (R\$)		6,20	74,64	9,43

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros		Ajuste ao Valor de Mercado – TVM	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva Especial			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	400.000	-	-	(12.894)	(74.178)	312.928
Ajuste ao valor de mercado – TVM	-	-	-	13.346	-	13.346
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	10.121	10.121
Saldos em 31 de dezembro de 2016	400.000	-	-	452	(64.057)	336.395
Ajuste ao valor de mercado – TVM	-	-	-	(3.145)	-	(3.145)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	80.105	80.105
Destinações:						
Constituição de reservas (nota 21.c)	-	802	14.444	-	(15.246)	-
Pagamento de dividendos (nota 21.b)	-	-	-	-	(802)	(802)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	400.000	802	14.444	(2.693)	-	412.553
Saldos em 30 de junho de 2017	400.000	3.673	5.723	(4.340)	-	405.056
Ajuste ao valor de mercado – TVM	-	-	-	1.647	-	1.647
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	6.652	6.652
Destinações:						
Constituição de reservas (nota 21.c)	-	(2.871)	8.721	-	(5.850)	-
Pagamento de dividendos (nota 21.b)	-	-	-	-	(802)	(802)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	400.000	802	14.444	(2.693)	-	412.553

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**
(Em milhares de reais)

	Nota	2017		2016
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais				
Lucro líquido ajustado no semestre/exercício		3.216	18.985	44.488
Lucro líquido do semestre/exercício		6.652	80.105	10.121
Ajustes ao lucro líquido:		(3.436)	(61.120)	34.367
Depreciações e amortizações	26	335	676	719
Resultado de participação em controlada	14	(1.974)	(74.282)	(1.244)
Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	28.a. b	8.541	8.212	(757)
Provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	9.e	(22.152)	(6.938)	30.205
Provisão para impostos e contribuições diferidos		4.214	5.467	5.481
Reversão de provisão para impairment de títulos livres	28.a	(583)	(778)	(3.293)
Perdas P/Redução ao Valor Recuperado Outros Valores e Bens	28.b	7.571	7.571	-
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas	28.a. b	612	952	742
Constituição/(Reversão) de PLR	28.a	-	(2.000)	2.514
Variações dos Ativos e Obrigações		(450.106)	(541.198)	144.168
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		5.587	3.306	11.171
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(227.650)	(206.061)	(222.001)
Redução em operações de crédito		43.460	119.306	170.415
Redução em outros créditos		105.552	22.794	95.156
(Aumento) Redução em outros valores e bens		(27.976)	(27.764)	144
(Redução) Aumento em relações interfinanceiras e interdependências (ativas/passivas)		(339)	(1.558)	760
Aumento em depósitos		39.736	118.290	47.390
(Redução) Aumento em captação no mercado aberto		(129.152)	(108.404)	108.721
Aumento (Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos		15.343	13.379	(2.964)
Redução em outras obrigações		(90.121)	(29.988)	(41.219)
Redução em obrigações por empréstimos e repasses		(184.433)	(444.321)	(22.277)
Redução em resultados de exercícios futuros		(113)	(177)	(1.128)
Fluxo de Caixa Oriundos (aplicados) das Atividades Operacionais		(446.890)	(522.213)	188.656
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos				
Alienação de imobilizado de uso		-	-	16
Aplicações no imobilizado de uso		(3)	(38)	(380)
Aplicações no intangível		-	-	(2)
Fluxos de Caixas Aplicados nas Atividades de Investimentos		(3)	(38)	(366)
(Redução)Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa		(446.893)	(522.251)	188.290
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		667.941	743.299	555.009
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício		221.048	221.048	743.299
(Redução) Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa		(446.893)	(522.251)	188.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017***(Em milhares de reais)***1 CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco Caixa Geral – Brasil S.A. (“Banco”), sediado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4285 – 3º andar – São Paulo-SP, é parte integrante do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de origem portuguesa, iniciou suas operações em 01 de abril de 2009, e está organizado sob a forma de banco múltiplo, atuando através das carteiras comercial, de câmbio e de investimento.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN e Conselho Monetário Nacional – CMN, e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pelo Banco, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda e contribuição social diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos contábeis aprovados são: Resolução nº 3.566/08 – Redução ao valor recuperável de ativos; Resolução nº 3.604/08 – Demonstração do fluxo de caixa; Resolução nº 3.750/09 – Divulgação sobre partes relacionadas; Resolução nº 3.823/09 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; Resolução nº 3.973/11 – Evento subsequente; Resolução nº 3.989/11 – Pagamento baseado em ações; Resolução nº 4.007/11 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; Resolução nº 4.144/12 – Pronunciamento conceitual básico; e Resolução nº 4.424/12 – Benefícios a empregados. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco. A autorização para emissão das demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração do Banco em 16 de março de 2018.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

a) Apuração do resultado: As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, o qual reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base “pro rata” dia. As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, nas datas das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais. b) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”). É reconhecida uma perda por “impairment” se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por “impairment” são reconhecidas no resultado do exercício. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, ou sempre que houver indícios objetivos de “impairment”. c) Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. d) Aplicações interfinanceiras de liquidez: São demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços. e) Títulos e valores mobiliários: De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: (i) Títulos para negociação: são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do exercício. (ii) Títulos disponíveis para venda: contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de “Ajuste ao valor de mercado – TVM”. (iii) Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. Os títulos classificados na categoria “títulos para negociação” estão apresentados no ativo circulante, independentemente de seu vencimento, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001. f) Instrumentos financeiros derivativos: De acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, e a Carta-Circular nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, futuros, “swaps” e opções são contabilizados segundo os seguintes critérios: • Operações a termo: pelo valor final do contrato líquido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito. As receitas e despesas são auferidas em razão da fluência dos contratos até a data das demonstrações financeiras. • Operações de futuros: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo, de acordo com a natureza do saldo, e apropriados mensalmente no resultado do exercício. • Operações de “swaps”: os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa “pro rata” dia até a data das demonstrações financeiras. • Opções: os valores dos prêmios pagos ou recebidos são reconhecidos em adequada conta de ativo ou passivo, respectivamente, na data da operação até seu efetivo exercício, quando então são baixados como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo valor de

exercício, ou, caso a opção não seja exercida, como receita ou despesa, conforme resultado auferido. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do exercício. Os instrumentos financeiros derivativos do Banco, designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (“hedge”), foi classificado como hedge risco de mercado. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge” e os respectivos objetos de “hedge” são ajustados ao valor de mercado, sendo a valorização ou a desvalorização dos hedges de risco de mercado registradas em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do exercício. g) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa: São registradas considerando os rendimentos decorridos, reconhecidos em base “pro rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é constituída considerando-se a classificação pelo nível de risco feita pela área de Risco de Crédito e levada a conhecimento da Administração do Banco no Comitê de Crédito, que considera a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional – CMN, editada pelo BACEN, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo – perda). Em consonância com os critérios da Resolução 4.512/16 do Banco Central do Brasil, a provisão para garantias prestadas é constituída com base nos requerimentos estabelecidos na Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente a renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita somente quando efetivamente recebidos. h) Operações em moeda estrangeira: As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais e as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do exercício. i) Ativos e passivos circulante, realizável e exigível a longo prazo: Os ativos são demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado. Os ativos realizáveis e os Passivos exigíveis dentro de 12 meses são classificados, respectivamente, no ativo e passivo circulante. Os Títulos e Valores Mobiliários classificados como títulos para negociação são classificados no Curto Prazo, independentemente de seu vencimento. j) Permanente: • Investimentos; A participação em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição. • Imobilizado de uso. É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, sendo as principais taxas anuais: 10% para instalações, móveis e utensílios e 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados, conforme circular Bacen nº 1.273/87. • Intangível: Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada ou pelo prazo do respectivo contrato de uso a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (“impairment”), quando aplicável. k) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais e provisão para risco. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o pronunciamento técnico nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, sendo os principais critérios: • Ativos e passivos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • Provisão para risco – são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. • Passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação. • Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente. l) Imposto de renda e contribuição social. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% do lucro antes do imposto de renda. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários, a taxa vigente à época das demonstrações financeiras, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos e são registrados na rubrica “Outros Créditos – Diversos”. Os créditos tributários são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. m) Estimativas contábeis: A elaboração de informações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa, a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos, determinação da vida útil remanescente de ativos tangíveis, sistemas e ativos e direitos intangíveis, bem como da apropriação das despesas de depreciação e amortização e o registro de créditos tributários e as análises de “impairment”. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e premissas periodicamente. n) Lucro por ações: O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações em circulação durante o período, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Disponibilidades	5.821	202.658
Aplicações em operações compromissadas (nota explicativa nº 5)	215.227	540.641
Total	221.048	743.299

5 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017			2016		
	Até 3 meses	De 3 meses a 12 meses	Total	Até 3 meses	De 3 meses a 12 meses	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	3.306	3.306
Aplicações em operações compromissadas	215.227	-	215.227	540.641	-	540.641
Total	215.227	-	215.227	540.641	3.306	543.947

6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

	2017		2016	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
<u>Carteira própria</u>				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	32.194	32.200	86.253	86.159
Letras do Tesouro Nacional – LTN	477.100	480.021	154.302	154.983
Notas do Tesouro Nacional – NTN	14.603	14.860	29.358	29.405
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	-	-	13.408	13.380
Certificado de Recebíveis Imobiliário (CRI)	-	-	4.037	4.089
Bonds	7.823	910	-	-
Renda Variável	39	274	-	-
Debêntures	55.434	54.315	40.023	39.774
Total de carteira própria	587.193	582.580	327.381	327.790
<u>Vinculados a compromissos de recompra</u>				
Letras do Tesouro Nacional – LTN	4.549	4.566	-	-
Debêntures	56.896	55.051	68.708	65.539
Total Vinculados a compromissos de recompra	61.445	59.617	68.708	65.539
<u>Vinculados à prestação de garantias</u>				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	2.280	2.279
Letras do Tesouro Nacional – LTN	151.522	152.543	219.869	221.291
Fundos de Investimento	14.136	14.136	-	-
Total Vinculados à prestação de garantias	165.658	166.679	222.149	223.570
Total de títulos e valores mobiliários	814.296	808.876	618.238	616.899

b) Composição da carteira em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 por classificação e por prazo:

	2017		2016	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
<u>Títulos para negociação:</u>				
<u>Títulos públicos</u>				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT				
De 1 a 3 anos	3.620	3.620	57.771	57.754
Acima de 3 anos	28.574	28.580	28.482	28.405
Letras do Tesouro Nacional – LTN				
De 3 a 12 meses	-	-	45.689	45.968
De 1 a 3 anos	200.873	201.770	-	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN				
De 3 a 12 meses	3.962	4.035	20.076	20.062
De 1 a 3 anos	3.150	3.289	6.655	6.704
Acima de 3 anos	5.508	5.539	597	606
Total de títulos públicos	245.687	246.833	159.270	159.499

	2017		2016	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Títulos privados				
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)				
Acima de 3 anos	-	-	13.408	13.380
Certificado de Recebíveis Imobiliário (CRI)				
Acima de 3 anos	-	-	4.037	4.088
Cotas de Fundos de Investimento				
Sem vencimento	14.136	14.136	-	-
Debêntures				
Acima de 3 anos	20.676	20.723	4.394	5.082
Total de títulos privados	34.812	34.859	21.839	22.550
Total de títulos para negociação	280.499	281.692	181.109	182.049
Títulos disponíveis para venda				
Títulos públicos				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (*)				
De 1 a 3 anos	-	-	2.280	2.279
Letras do Tesouro Nacional – LTN (**)				
De 3 a 12 meses	176.090	177.123	-	-
De 1 a 3 anos	256.208	258.237	233.996	235.627
Acima de 3 anos	-	-	94.487	94.680
Notas do Tesouro Nacional – NTN				
De 3 a 12 meses	1.983	1.997	1.427	1.428
De 1 a 3 anos	-	-	603	605
Total de títulos públicos	434.281	437.357	332.793	334.619
Títulos privados				
Bonds				
Acima de 3 anos	7.823	910	-	-
Renda Variável				
Sem vencimento	39	274	-	-
Debêntures: (***)				
Vencidas	-	-	724	-
De 3 a 12 meses	13.936	13.812	6.109	6.160
De 1 a 3 anos	30.036	29.823	55.520	55.079
Acima de 3 anos	47.682	45.008	41.983	38.992
Total de títulos privados	99.516	89.827	104.336	100.231
Total de títulos disponíveis para venda	533.797	527.184	437.129	434.850
Circulante (****)	472.547	474.898	189.370	189.637
Realizável a longo prazo	341.749	333.978	428.868	427.262
Total de títulos e valores mobiliários	814.296	808.876	618.238	616.899

(*) Em dezembro de 2016, os títulos estavam bloqueados em garantia para contingências de natureza fiscal (nota explicativa nº 19.a). (**) Em dezembro de 2017, o montante de R\$ 166.679 (R\$223.570 em 2016) estava bloqueado em garantia de operações na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão (nota explicativa nº 7.f). (***) Em dezembro de 2017, o Banco possui provisão para “impairment” de Debêntures, no montante de R\$2.322 (R\$3.100 em 2016). (****) Os títulos classificados na categoria “negociação” estão apresentados no ativo circulante independente de seu vencimento. No exercício de 2017, não ocorreram reclassificações entre as categorias “negociação”, “disponíveis para venda” e “mantidos até o vencimento”. c) Custódia dos títulos e valores mobiliários: Os títulos públicos no montante de R\$684.190 (R\$494.118 em 2016) estão custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia – SELIC e os títulos privados no montante de R\$124.686 (R\$122.781 em 2016) estão custodiados na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. As cotas de fundo de investimento estão custodiadas junto ao administrador do fundo. d) Valor de mercado: Para os títulos públicos classificados nas categorias “disponíveis para venda” e “negociação” o valor de mercado foi apurado com base em preços e taxas praticadas em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA. Para a marcação a mercado das debêntures emitidas segundo a instrução CVM nº 476 e que não apresentavam preço indicativo pela Anbima ou outra fonte alternativa (cotações fornecidas por Corretoras), foi utilizada a metodologia baseada nas últimas negociações que ocorreram no mercado secundário e também taxas indicativas divulgadas pela Anbima. As cotas de fundo de investimento foram marcadas a mercado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo. Os títulos públicos e privados registrados na categoria “disponíveis para venda” resultaram em ajuste negativo no montante de R\$4.896 (R\$822 em 2016). O impacto no patrimônio líquido do Banco foi de R\$(2.693) (R\$452 positivo em 2016), líquidos dos efeitos tributários.

7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco realiza operações com derivativos, que se destinam a atender necessidades próprias ou de seus clientes, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. O gerenciamento desses riscos é efetuado através da determinação de limites e estabelecimentos de estratégias de operações. Os derivativos, de acordo com sua natureza e legislação específica, são contabilizados em contas patrimoniais e/ou de compensação. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a composição dos instrumentos financeiros derivativos registrados nas demonstrações financeiras é a seguinte:

a) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado:

	2017			2016		
	Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados	Valor de Mercado	Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados	Valor de Mercado
Swap – diferencial a receber	29.762	55.244	85.006	29.084	35.040	64.124
Swap – diferencial a pagar	(12.639)	(8.176)	(20.815)	(31.104)	(5.788)	(36.892)
Total Swap	17.123	47.068	64.191	(2.020)	29.252	27.232
NDF – a receber	174	(27)	147	29.439	1.599	31.038
NDF – a pagar	(552)	100	(452)	(5.672)	(825)	(6.497)
Total NDF	(378)	73	(305)	23.767	774	24.541
Termo – a receber	177.131	-	177.131	-	-	-
Termo – a pagar	(177.123)	-	(177.123)	-	-	-
Total Termo	8	-	8	-	-	-
Opções – a receber	316	184	500	-	-	-
Opções – a pagar	(896)	(8)	(904)	(104)	104	-
Total Opções	(580)	176	(404)	(104)	104	-
Total	16.173	47.317	63.490	21.643	30.130	51.773

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a operações de “swap”, “Non Deliverable Forward – NDF”, Futuros e Opções, sendo registradas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi apurado com base nos preços e taxas divulgados pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

b) Composição do valor de referência por vencimento

	2017					2016				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
“Swap” – posição ativa	85.678	371.854	566.108	377.463	1.401.103	3.336	324.735	419.383	486.548	1.234.002
“Swap” – posição passiva	41.048	39.834	15.749	219.025	315.656	312.634	186.144	288.264	342.223	1.129.265
NDF – posição ativa	2.000	1.500	-	-	3.500	85.275	209.680	-	-	294.955
NDF – posição passiva	5.250	2.500	-	-	7.750	16.631	43.237	-	-	59.868
Termo – posição vendida	177.131	-	-	-	177.131	-	-	-	-	-
Termo – posição comprada	177.123	-	-	-	177.123	-	-	-	-	-
Opções – posição ativa	-	7.500	-	-	7.500	9.375	-	-	-	9.375
Opções – posição passiva	-	16.836	-	-	16.836	9.375	-	-	-	9.375
Futuros – posição comprada	133.577	128.596	492.024	-	754.197	340.596	767.906	170.634	103.579	1.382.715
Futuros – posição vendida	180.070	433.057	939.488	141.216	1.693.831	908.135	424.386	394.840	237.159	1.964.520
Total	801.877	1.001.677	2.013.369	737.704	4.554.627	1.685.357	1.956.088	1.273.121	1.169.509	6.084.075

c) Composição por indexador

	2017			2016		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
<u>Operações de “swap”</u>						
Posição ativa	85.006	-	1.401.103	64.124	-	1.234.002
CDI x DÓLAR VENDA	7.622	-	248.338	619	-	10.216
CDI x IPCA	17.498	-	193.217	88	-	10.184
CDI x LIBOR	-	-	-	753	-	27.543
CDI x LIBOR 1	-	-	-	9.096	-	64.850
CDI x LIBOR 2	-	-	-	283	-	6.667
CDI x LIBOR 6M	-	-	-	13.546	-	150.000
CDI x PRÉ	48.719	-	791.798	1.427	-	39.554
DOLAR VENDA x LIBOR	66	-	5.847	5.189	-	115.363
DOLAR VENDA x LIBOR 1	-	-	-	6.390	-	151.950
DOLAR x LIBOR 6M	723	-	58.441	-	-	-
IPCA x CDI	24	-	1.111	11.444	-	49.840
LIBOR x DÓLAR VENDA	2.764	-	54.199	134	-	27.543

	2017			2016		
	<u>Valor a receber</u>	<u>Valor a pagar</u>	<u>Valor de referência</u>	<u>Valor a receber</u>	<u>Valor a pagar</u>	<u>Valor de referência</u>
LIBOR 1 x DÓLAR VENDA	-	-	-	730	-	191.938
LIBOR 2 x DÓLAR VENDA	-	-	-	5	-	6.667
LIBOR 6 M x CDI	7.590	-	48.152	-	-	-
PRÉ x CDI	-	-	-	13.933	-	375.338
PRÉ x DÓLAR VENDA	-	-	-	487	-	6.349
Posição passiva	-	(20.815)	315.656	-	(36.892)	1.129.265
CDI x IPCA	-	-	-	-	(11.180)	60.904
CDI x LIBOR 1	-	-	-	-	(922)	3.723
DOLAR VENDA X CDI	-	(224)	3.225	-	(2.656)	115.451
LIBOR x DÓLAR VENDA	-	-	-	-	(4.369)	115.363
LIBOR 1 x DÓLAR VENDA	-	-	-	-	(4.277)	222.218
LIBOR 6 M x DÓLAR VENDA	-	-	-	-	(637)	149.975
PRÉ x CDI	-	(719)	27.353	-	(12.851)	461.631
DOLAR VENDA x LIBOR	-	(2.102)	54.859	-	-	-
IPCA x CDI	-	(17.234)	170.323	-	-	-
LIBOR x CDI	-	(120)	5.868	-	-	-
CDI x PRÉ	-	(416)	54.028	-	-	-
Total de operações de "swap"	85.006	(20.815)	1.716.759	64.124	(36.892)	2.363.267
<u>Operações de NDF</u>						
Posição ativa	147	-	3.500	31.038	-	294.955
Dólar venda	147	-	3.500	29.978	-	291.743
Euro venda	-	-	-	1.060	-	3.212
Posição passiva	-	(452)	7.750	-	(6.497)	59.868
Dólar venda	-	(15)	5.750	-	(6.497)	59.868
Euro venda	-	(437)	2.000	-	-	-
Total de operações de NDF	147	(452)	11.250	31.038	(6.497)	354.823
<u>Operações Termo de LTN</u>	177.131	(177.123)	354.254	-	-	9.375
Termo a receber	177.131	-	177.131	-	-	9.375
Termo a Pagar	-	(177.123)	177.123	-	-	-
Total de operações de Opções	177.131	(177.123)	354.254	-	-	9.375
<u>Operações opções</u>	500	(904)	24.336	-	-	9.375
Posição dólar vendida	500	-	7.500	-	-	9.375
Posição dólar comprada	-	(904)	16.836	-	-	-
Total de operações de Opções	500	(904)	24.336	-	-	9.375
<u>Operações de futuros</u>						
Posição comprada	934	-	754.197	-	(12.587)	1.382.715
DDI	496	-	379.507	-	(10.381)	1.102.584
DI1	344	-	348.221	-	-	-
DOL	78	-	19.520	-	(2.163)	268.005
EUR	16	-	6.949	-	(43)	12.126
Posição vendida	-	1.711	1.693.831	5.233	(109)	1.964.520
DDI	-	1.480	253.842	5.181	-	600.564
DI1	-	213	1.396.527	-	(109)	1.305.010
DOL	-	14	41.925	46	-	56.369
EUR	-	-	-	6	-	2.577
IND	-	4	1.537	-	-	-
Total de operações de futuros	934	1.711	2.448.028	5.233	(12.696)	3.347.235
Total	263.718	(197.583)	4.554.627	100.395	(56.085)	6.074.700
	B3 S.A. Brasil,			Bolsa	Balcão	
d) Valor de referência por local de negociação	Bolsa, Balcão	Total 2017		BM&FBovespa	(Cetip)	Total 2016
Operações de "swap"	1.716.759	1.716.759		1.112.902	1.250.365	2.363.267
Operações de NDF	11.250	11.250		-	354.823	354.823
Opções – posição vendida	24.336	24.336		9.375	-	9.375
Termo	354.254	354.254		-	-	-
Futuros – posição comprada	754.197	754.197		1.382.715	-	1.382.715
Futuros – posição vendida	1.693.831	1.693.831		1.964.520	-	1.964.520
Total	4.554.627	4.554.627		4.469.512	1.605.188	6.074.700

As operações envolvendo contratos de futuros de índices e moedas são realizadas para proteção das exposições globais do Banco e em operações para atendimento aos seus clientes. Os ajustes sobre os contratos de futuros são apurados diariamente, e liquidados em D+1, na conta de negociação e intermediação de valores. e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos: Informamos a seguir os ganhos e as perdas (realizados ou não) que impactaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016. Tais ganhos e perdas estão sendo apresentados líquidos do resultado gerado pelos derivativos utilizados como instrumento de “hedge” de risco de mercado.

	2º semestre 2017			Exercício 2017			Exercício 2016		
	Ganho	Perda	Líquido	Ganho	Perda	Líquido	Ganho	Perda	Líquido
“swap”	132.626	(109.866)	22.760	270.034	(212.258)	57.776	371.227	(298.081)	73.146
NDF	11.086	(7.719)	3.367	63.657	(55.476)	8.181	259.398	(166.450)	92.948
Opções	678	(191)	487	813	(452)	361	232	(84)	148
Futuros	283.132	(317.318)	(34.186)	765.423	(846.999)	(81.576)	1.247.811	(1.429.206)	(181.395)
Total	427.522	(435.094)	(7.572)	1.099.927	(1.115.185)	(15.258)	1.878.668	(1.893.821)	(15.153)

f) Valor e tipo de margem dados em garantia: O montante de margem depositado em garantia na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 tem a seguinte composição:

	2017	2016
Títulos e valores mobiliários – Carteira própria		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	–	2.279
Letras do Tesouro Nacional – LTN	152.543	221.291
Fundos de Investimento	14.136	–
Total	166.679	223.570

A rubrica “Vinculados à prestação de garantias” é composta também por Letras Financeiras do Tesouro – LFT no montante de R\$2.279 em 2016 vinculadas a depósitos judiciais (nota explicativa nº 19.a). g) Derivativos utilizados como instrumentos de “hedge”: Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as estruturas de “hedge” de risco de mercado são compostas por contratos futuros, com valor de referência atualizado de R\$190.449 (R\$494.364 em 2016) e vencimentos que variam de janeiro de 2018 a outubro de 2018, e visam proteger o Banco das flutuações nas captações e aplicações efetuadas em moeda estrangeira e aplicações em operações compromissadas. O valor das captações no exterior é de R\$99.470 (R\$441.119 em 2016) e está classificado como objeto de “hedge” de risco de mercado”. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como despesa é de R\$248 (R\$777 em 2016). O valor das aplicações em operações compromissadas é de R\$89.677 (R\$25.603 em 2016) e está classificado como objeto de “hedge” de risco de mercado”. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como receita é de R\$42 (R\$1 receita em 2016). A efetividade das estruturas do “hedge” de risco de mercado” é medida mensalmente por intermédio do resultado financeiro, oriundo do valor de mercado dos derivativos designados para “hedge” e do instrumento objeto de “hedge”. A efetividade apurada para a carteira de “hedge” em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 está em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente durante o período. As operações acima não representam a exposição global do Banco aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplarem apenas os instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge”.

8 GESTÃO DE RISCOS

O Conglomerado Financeiro Caixa Geral Brasil conta com processos de gestão de risco abrangentes, através dos quais pode monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades. Estes processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez e operacional. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas. O processo de gestão de riscos tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar os eventos de risco (natureza interna e externa) que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte, bem como o cumprimento de seus objetivos, gerando impactos nos resultados, no capital e na liquidez do Banco. A estrutura de controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é centralizada e visa assegurar que as diversas unidades seguem as políticas e os procedimentos estabelecidos. A identificação, agregação e acompanhamento dos riscos são feitos de modo a fornecer informações para as decisões da alta direção. I – Risco de mercado: O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos fatores de risco de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (“commodities”). A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição identifica, mensura, monitora os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados. O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco. Além disso, também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento pela Administração local, pela Matriz e para atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior. O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado. As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas: • Valor em Risco (VaR – “Value at Risk”): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos. • Perdas potenciais em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ou própria). • Alerta de “Stop Loss”: Perdas efetivas somadas num determinado horizonte de tempo. O Banco adota uma política de alertas

baseada em gatilhos. • Sensibilidade (BPV): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais. Os limites e a exposição aos riscos de mercado são conservadores quando comparados ao Patrimônio de Referência do Banco. Em 31 de dezembro de 2017, o VaR para um horizonte de 10 dias ao qual o Banco estava exposto era de R\$3.401 (R\$345 em 2016). II – **Risco de crédito:** O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721, de 30 de abril de 2009, do CMN, o Banco possui uma estrutura e uma política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração. A gestão de risco de crédito do Banco visa preservar a qualidade dos ativos de crédito em patamares adequados. Esta gestão é feita tanto no nível individual dos ativos que compõem a carteira, quanto no nível consolidado desta carteira. No nível individual, o risco de crédito é avaliado quando da concessão dos limites/operações e acompanhamento periódico da qualidade do ativo. São levados em consideração a qualidade intrínseca da contraparte/grupo e a estrutura da operação, que pode conter mitigadores de risco como garantias. Destas análises, derivam as classificações de risco das operações e correspondentes níveis de provisionamento em linha com a perda esperada, por sua vez calculada com base nos parâmetros utilizados para o cálculo do capital. No nível consolidado, são monitorados os elementos globais da carteira, visando atender os requisitos regulatórios e as políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco. Este monitoramento busca identificar possíveis concentrações de carteira, de forma estática e dinâmica. A avaliação deste monitoramento pode resultar em ações corretivas ou preventivas, quando a Administração do Banco julgar necessário. III – **Risco operacional:** O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado. Em linha com os princípios da Resolução nº 3.380, de 29 de junho de 2006, do CMN, o Banco definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, com a aprovação ratificada pelo seu Conselho de Administração. A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas. A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados ao risco operacional, e os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura. O Banco possui também metodologia e sistema aplicativo, que é o mesmo utilizado por sua Matriz – a Caixa Geral de Depósitos – para o registro dos eventos de risco operacional e indicação dos processos a que se relacionam. Foi estabelecido um Comitê de Riscos Operacionais onde são apresentadas as ocorrências, as perdas operacionais e os mitigantes implementados ou propostos. A partir de 01 de julho de 2008 entrou em vigor a legislação do BACEN obrigando as instituições financeiras a alocar capital para risco operacional. O Banco optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico. IV- **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis – “descasamentos” entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O *Stress Test* de liquidez utiliza como premissas uma queda na base de captações, inadimplência e stress na carteira de derivativos para assim simular um fluxo de caixa para situações adversas. Essa métrica é acompanhada mensalmente no Comitê de Ativos e Passivos (ALCO). Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de controle e de gestão de liquidez. Como partes dos controles diários são estabelecidos limites de caixa mínimo, os quais permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável. V- **Gestão de Capital:** A gestão de capital é conduzida em conjunto pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, com base em atividades coordenadas pelo Comitê de Gerenciamento de Capital, responsável pela estruturação e acompanhamento do Plano Estratégico Anual. Fica a cargo da área de Controladoria a estruturação do plano estratégico anual e o acompanhamento do orçamento. Participa do processo também a área de Gestão de Riscos, que contribui com informações, subsídios e avaliações complementares. As instituições financeiras do Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos Brasil apuram o seu Patrimônio de Referência de forma consolidada. Em atendimento à Resolução nº 3.988/11 do Banco Central do Brasil, as informações referentes ao processo de gestão de capital estão disponíveis no sítio da instituição na internet, acessíveis através do seguinte endereço: www.bcgbrasil.com.br.

9 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações da carteira de crédito, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão assim apresentadas: a) Composição da carteira por modalidade de operação

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Capital de giro	327.466	468.718
Financiamento – BNDES	8.646	16.058
Financiamento – Finame	<u>1.084</u>	<u>7.688</u>
Total de operações de crédito com característica de concessão de crédito	337.196	492.464
Outros créditos a receber (*)	–	14.839
Adiantamento sobre contrato de câmbio (nota 10)	93.700	100.578
Créditos para avais e fianças honrados	<u>31.068</u>	<u>19.681</u>
Total de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	<u>461.964</u>	<u>627.562</u>

	2017	2016
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(15.413)	(65.077)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(18.015)	(11.251)
Total da provisão	(33.428)	(76.328)
Circulante	207.928	406.126
Realizável a longo prazo	254.036	145.108

(*) Em 31 de dezembro de 2016, refere-se às operações de títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito adquiridas sob a forma de cessão de crédito sem coobrigação no montante de R\$14.839, com vencimento final em janeiro e fevereiro de 2017 (nota explicativa nº 11). b) Composição da carteira por setor de atividade:

Setor Privado:	2017	2016
Indústria	248.219	242.917
Comércio	58.677	109.825
Rural	10.091	-
Outros	144.977	274.820
Total	461.964	627.562

c) Composição da carteira por vencimento	2017						2016	
	A vencer							
	Vencidos	01 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima 360 dias	Total	Total
Capital de giro	2.724	14.697	33.854	3.216	34.450	238.525	327.466	468.718
Financiamento – BNDES	-	-	-	-	-	8.646	8.646	16.058
Financiamento – Finame	-	11	-	-	-	1.073	1.084	7.688
Títulos com característica de concessão de crédito (nota explicativa nº 11)	-	-	-	-	-	-	-	14.839
Adiantamento sobre contrato de câmbio – ACC (nota 10)	-	6.740	-	39.032	42.136	5.792	93.700	100.578
Créditos para avais e fiança honrados	31.068	-	-	-	-	-	31.068	19.681
Total	33.792	21.448	33.854	42.248	76.586	254.036	461.964	627.562

d) Composição da carteira por nível de risco	2017						2016		
Nível	Faixa de Provisão %	Vencidos (*)	Curso Normal	Provisão Resolução 2.682	Provisão Prudencial	Vencido	Curso Normal	Provisão	
AA	-	-	1.340	-	-	-	23.439	-	
A	0,50%	-	85.389	427	-	-	131.087	655	
B	1,00%	-	232.622	2.326	-	-	282.321	2.823	
C	3,00%	-	40.669	1.220	-	18.389	81.983	3.012	
D	10,00%	11.092	54.549	6.564	8.005	-	-	-	
E	30,00%	2.723	13.604	4.898	-	-	-	-	
F	50,00%	19.976	-	9.988	-	41.008	-	20.503	
H	100,00%	-	-	-	-	49.335	-	49.335	
Total		33.791	428.173	25.423	8.005	108.732	518.830	76.328	

(*) Referem-se as operações vencidas a partir de 15 dias.

e) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	2017	2016
	2º Semestre	Exercício
Saldo no início	(36.939)	(76.328)
Provisão constituída	(6.763)	(28.130)
Reversão de provisão	28.915	35.068
Baixa para prejuízo	9.247	63.850
Reversão da baixa para prejuízo (*)	(27.888)	(27.888)
Saldo ao final	(33.428)	(76.328)

(*) Refere-se a operação de crédito descrita na nota explicativa nº 13. f) Cessões de crédito, créditos renegociados e créditos recuperados: Em 31 de dezembro de 2017, não havia valores a receber oriundos de cessão de crédito. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo a receber em aberto era de R\$ 14.839. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, houve recuperação de crédito anteriormente baixado como prejuízo, no montante de R\$ 27.888 (R\$212 em 2016) (nota explicativa nº 13). No ano de 2017, foram renegociadas 6 operações de crédito, no montante total de R\$47.663.

10 CARTEIRA DE CÂMBIO

	2017	2016
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	103.063	108.180
Direitos sobre venda de câmbio	18.588	37.875
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 9.a)	2.043	1.767
Total	<u>123.694</u>	<u>147.822</u>
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	19.130	36.114
Obrigações por compras de câmbio	99.224	110.559
Adiantamento sobre contrato de câmbio (nota explicativa nº 9.a)	(91.657)	(98.811)
Total	<u>26.697</u>	<u>47.862</u>

A carteira de câmbio, em 2017, possui prazo médio de até 6 meses. Em 2016, possuía prazo de 9 meses.

11 OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	2017	2016
Títulos de crédito a receber (nota explicativa nº 9.a)	–	14.839
Crédito tributário de IR e CSLL (nota explicativa nº 20.b)	62.500	56.523
Impostos e contribuições a compensar	1.400	1.227
Pagamentos a ressarcir	19	17
Adiantamento e antecipações salariais	693	767
Depósitos judiciais	5.904	2.790
Outros	461	221
Total	<u>70.977</u>	<u>76.384</u>
Circulante	45.085	50.032
Realizável a longo prazo	25.892	26.352

12 RENDAS A RECEBER

	2017	2016
Comissões por garantias prestadas a receber	505	1.604
Serviços prestados a receber (*)	38	1.107
Outras rendas a receber	122	–
Total	<u>665</u>	<u>2.711</u>
Circulante	665	2.711

(*) Refere-se, principalmente, a comissões a receber pela prestação de serviços de assessoria financeira.

13 OUTROS VALORES E BENS

Em 2017, o Banco recebeu em dação de pagamento de dívida, imóvel registrado em Bens Não de Uso no valor de R\$ 27.888, sendo registrada uma provisão para sua realização de R\$ 7.571 (nota explicativa nº 28.b).

14 INVESTIMENTOS

(a) Participação em controlada:

	2017	2016
<u>Dados da controlada</u>	<u>CGD Investimentos</u>	<u>CGD Investimentos</u>
Capital social	104.338	104.338
Patrimônio líquido	152.163	3.598
Lucro líquido no período	148.565	2.488
Participação societária	50%	50%
Valor de investimento em controlada por equivalência patrimonial	76.081	1.799
Total do investimento	<u>76.081</u>	<u>1.799</u>
Resultado de equivalência patrimonial no exercício	74.282	1.244

b) Movimentação dos investimentos:

	2017	2016
	<u>CGD Investimentos</u>	<u>CGD Investimentos</u>
Saldo inicial	1.799	555
Resultado da participação em controlada	74.282	1.244
Saldos ao final do exercício	<u>76.081</u>	<u>1.799</u>

No dia 29 de novembro de 2016, a Corretora assinou Contrato de Compra e Venda de Valores Mobiliários e outras Avenças (“Contrato”) junto à XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Compradora”), celebrando a venda de sua participação econômica na FLAFU Participações S.A., representada por debêntures conversíveis. No final do mês de junho de 2017, após aprovação pelo Banco Central do Brasil, a venda foi concluída e os recursos foram recebidos, apurando um ganho de R\$ 202.538.

15 IMOBILIZADO DE USO

Está representado por:

	Taxa anual depreciação	2017		2016
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Instalações, móveis e equipamento de uso	10%	3.066	(1.079)	2.262
Comunicação	10%	318	(234)	111
Processamento de dados	20%	1.019	(574)	607
Veículos	20%	195	(83)	158
Total		4.598	(1.970)	3.138

16 INTANGÍVEL

Está representado por licenças de uso de softwares destinados à manutenção das atividades do Banco, ou exercidos com essa finalidade, como segue:

Taxa anual amortização	2017		2016
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
20%	1.667	(1.438)	357

17 CAPTAÇÕES

	2017	2016
a) Depósitos:		
Depósitos à vista	20.015	11.991
Depósitos a prazo	496.221	462.743
De 1 a 90 dias	103.085	108.001
De 91 até 360 dias	227.816	273.233
A vencer após 360 dias	165.320	81.509
Depósitos interfinanceiros	148.439	71.651
De 1 a 90 dias	148.439	71.651
Total de depósitos	664.675	546.385
Circulante	499.355	464.876
Exigível a longo prazo	165.320	81.509

Os depósitos a prazo e interfinanceiros com taxas pós-fixadas, no montante de R\$637.731 (R\$516.544 em 2016), apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) que variam de 95% a 112,0% (de 95% a 112,5% em 2016). Os depósitos a prazo com taxas pré-fixadas, no montante de R\$6.929 (R\$17.850 em 2016), apresentam taxas ao ano que variam de 8,42% a 18,38% (12,72% a 18,37% em 2016).

b) Captações no mercado aberto:

	2017		2016
	De 1 a 90 dias	Total	Total
Carteira própria:			
Letras do Tesouro Nacional- LTN	4.532	4.532	–
Debêntures	56.426	56.426	68.913
Carteira terceiro:			
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	–	–	120.079
Carteira livre movimentação			
Notas do Tesouro Nacional – NTN	27.057	27.057	7.427
Total de captações no mercado aberto	88.015	88.015	196.419

c) Recursos de aceites e emissão de títulos: Representado por letras financeiras, letras de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário com taxas pós-fixadas, no montante de R\$191.008 (R\$177.294 em 2016) apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) que variam de 85% a 113,5% (90% a 113% em 2016). As letras financeiras, letras de crédito do agronegócio e as letras de crédito

imobiliário com taxas pré-fixadas, no montante de R\$1.275 (R\$1.610 em 2016), apresentam taxas ao ano que variam de 12,83% a 15,10% (12,82% a 15,10% em 2016). d) Obrigações por repasses do País – Instituições oficiais: Representado por repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES Exim e operações de Finame nos montantes de R\$8.632 (R\$10.192 em 2016) e R\$1.084 (R\$1.430 em 2016), respectivamente, com prazo de vencimento de 2018 a 2023.

e) Obrigações por empréstimos no exterior:

	2017		2016	
	USD	Reais	USD	Reais
Empréstimo no Exterior:				
Grupo Caixa Geral de Depósitos – Objeto de “hedge” (*) (**)	30.000	99.470	135.300	441.119
Grupo Caixa Geral de Depósitos (**)	51.387	170.683	64.624	216.652
“International Finance Corporation – IFC”	–	–	–	48.238
Outros Bancos	3.618	11.964	5.400	18.523
Total		282.117		724.532

(*) Estas duas (7 em 2016) operações foram objeto de “hedge”, descritos na nota explicativa nº 7.g. (**) Operação com parte relacionada, conforme descrito na nota explicativa nº 22.

18 OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e estatutárias:

	2017	2016
Depósitos para garantia de patrimônio líquido (*)	171	171
Total	171	171

(*) Representado por valores recebidos no País por conta e ordem da controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A.

b) Fiscais e previdenciárias:

	2017	2016
Impostos e contribuições a recolher	1.475	3.862
Impostos e contribuições diferidos	24.531	15.660
Total	26.006	19.522
Circulante	26.006	19.522

c) Diversas

	2017	2016
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 22.b)	2	2
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas (*)	10.227	2.111
Provisão para riscos fiscais e previdenciários (nota explicativa nº 19.a) (**)	3.397	2.790
Provisão para riscos trabalhistas	345	–
Provisão para despesas de pessoal	4.041	6.660
Fornecedores a pagar	450	613
Cobrança	389	173
Outras	589	601
Total	19.440	12.950
Circulante	5.537	9.144
Exigível a longo prazo	13.903	3.806

(*) As responsabilidades por garantias e fianças prestadas, locais e internacionais, montam em R\$323.249 (R\$413.226 em 2016) (nota explicativa nº 30.a), para as quais foram registradas provisões para risco de crédito no montante de R\$10.227 (R\$2.111 em 2016), calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99. (**) Conforme Carta Circular nº 3.782/16 do BACEN, a rubrica “Provisões para riscos fiscais e previdenciários” foi reclassificada de “Outras obrigações – fiscais e previdenciárias” para “outras obrigações – Diversas”.

Nível	Faixa de provisão – %	2017		2016	
		Curso normal	Provisão	Curso normal	Provisão
AA	–	151.132	–	145.455	–
A	0,50%	58.478	292	113.188	566
B	1,00%	15.878	159	154.583	1.545
D	10,00%	97.761	9.776	–	–
Total		323.249	10.227	413.226	2.111

19 PROVISÃO PARA RISCO E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou os riscos e provisões, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25 e Resolução CMN nº 3.823/09 (nota explicativa nº 19.c). a) Obrigações legais e contingências fiscais: O Banco é parte em processos administrativos e judiciais de natureza tributária de IRPJ e CSLL sobre juros sobre o capital próprio, deduzido da base de cálculo do ano de 2011, na compensação de Prejuízo Fiscal IRPJ 2010 e de ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP, no montante total de R\$2.723 (R\$2.243 em 2016), que são caracterizados como passivos contingentes e cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pelos advogados externos.

Descrição	2017		2016	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Obrigações legais:				
ISS (i)	3.397	3.397	2.790	2.790
Subtotal	<u>3.397</u>	<u>3.397</u>	<u>2.790</u>	<u>2.790</u>
Contingências fiscais:				
ISS (ii)	–	2.506	–	2.279
Subtotal	<u>–</u>	<u>2.506</u>	<u>–</u>	<u>2.279</u>
Total	<u>3.397</u>	<u>5.903</u>	<u>2.790</u>	<u>5.069</u>

(i) O Banco está discutindo o recolhimento do ISS sobre garantias e fianças prestadas a clientes relativos aos exercícios de 2012 a 2017, cujos assessores jurídicos classificaram como perda possível. Entretanto, foi constituída provisão no montante de R\$ 3.397 por se tratar de uma obrigação legal prevista na Lei Federal nº 116/2003. (ii) Refere-se a processo sobre base de cálculo de ISS do município do Rio de Janeiro. O Banco deu em garantia da execução fiscal deste processo Letras Financeiras do Tesouro – LFT no montante de R\$2.506 em 2017 (R\$ 2.279 em 2016). Na opinião dos assessores jurídicos a contingência para este processo é remota. b) A movimentação das provisões passivas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é a seguinte:

	Obrigações legais e contingências fiscais e previdenciárias	Contingências trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.048	–	2.048
Constituição (nota 28.b)	742	–	742
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>2.790</u>	<u>–</u>	<u>2.790</u>
	Obrigações legais e contingências fiscais e previdenciárias	Contingências trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.790	–	2.790
Constituição (nota 28.b)	441	345	786
Atualização (nota 28.b)	166	–	166
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>3.397</u>	<u>345</u>	<u>3.742</u>

c) O detalhamento das obrigações legais e contingências fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é o seguinte:

	2017					
	Obrigações legais e Contingências fiscais		Contingências cíveis e sucumbências		Contingências Trabalhistas	
	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado
Perdas						
Prováveis	–	–	–	–	345	345
Possíveis	6.131	3.397	–	–	2.584	–
Remotas	2.507	–	1.024	–	4.951	–
Total	<u>8.638</u>	<u>3.397</u>	<u>1.024</u>	<u>–</u>	<u>7.880</u>	<u>345</u>
Quantidade	6		1		6	
	2016					
	Obrigações legais e Contingências fiscais		Contingências cíveis e sucumbências		Contingências Trabalhistas	
Perdas	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado
Prováveis	–	–	–	–	–	–
Possíveis	5.293	2.790	–	–	3.545	–
Remotas	2.790	–	1.024	–	4.481	–
Total	<u>8.083</u>	<u>2.790</u>	<u>1.024</u>	<u>–</u>	<u>8.026</u>	<u>–</u>
Quantidade	6		1		4	

20 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados:

	2017		2016
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes da tributação sobre o lucro, líquido da participação no lucro	10.866	85.573	17.600
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 20% respectivamente	(4.889)	(38.508)	(7.920)
Efeito das adições e (exclusões) na apuração do imposto:	675	33.041	441
Despesas com gratificações e benefícios	(126)	(147)	(40)
Resultado de Equivalência Patrimonial	888	33.427	560
Outros	(87)	(239)	(79)
Resultado de imposto de renda e da contribuição social do semestre/exercício	(4.214)	(5.467)	(7.479)

b) Composição e movimentação do crédito tributário sobre diferenças temporárias: A Administração do Banco mantém créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$62.500 (R\$56.523 em 2016), fundamentado em estudo técnico, o qual considera a previsão de base tributária positiva no futuro, conforme requerido pela Resolução CMN nº 3.535/08. Dessa forma, os créditos tributários e as obrigações diferidas foram constituídos sobre as adições e exclusões temporárias às alíquotas vigentes e serão realizados quando da utilização, dedutibilidade e/ou reversão das respectivas provisões constituídas, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	25.944	35.611
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	4.602	950
Provisão para outros valores e bens imóveis	3.407	-
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	17.256	16.232
Marcação a Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	4.017	640
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	880	1.966
Provisão para contingências fiscais	1.359	1.116
Provisão para contingências trabalhistas	155	-
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	4.872	-
Outros	8	8
Total	62.500	56.523

c) Composição de obrigações diferidas:

	2017	2016
Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior	(22.717)	(14.650)
Ajuste de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	(1.814)	(1.010)
Total de obrigações diferidas	(24.531)	(15.660)

d) Movimentação dos créditos tributários e obrigações diferidas:

	Saldo em 31/12/2016	Constituição/ realização	Saldo em 31/12/2017
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	35.611	(9.667)	25.944
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	950	3.652	4.602
Provisão para outros valores e bens imóveis	-	3.407	3.407
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	16.232	1.024	17.256
Marcação a Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	640	3.377	4.017
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	1.966	(1.086)	880
Provisão para contingências fiscais	1.116	243	1.359
Provisão para contingências trabalhistas	-	155	155
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	-	4.872	4.872
Outros	8	-	8
Total	56.523	5.977	62.500
Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior	(14.650)	(8.067)	(22.717)
Ajuste de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	(1.010)	(804)	(1.814)
Saldo de obrigações diferidas	(15.660)	(8.871)	(24.531)

	Saldo em 31/12/2015	Constituição/ realização	Saldo em 31/12/2016
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	23.386	12.225	35.611
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	1.277	(327)	950
Marcação a mercado de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e empréstimo no exterior	36.080	(36.080)	-
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	-	16.232	16.232
Marcação a Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	10.757	(10.117)	640
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	85	1.881	1.966
Provisão para contingências fiscais	819	297	1.116
Outras	1.313	(1.305)	8
Total	73.717	(17.194)	56.523
Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior	-	(14.650)	(14.650)
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	(16.246)	16.246	-
Ajuste de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	(207)	(803)	(1.010)
Saldo de obrigações diferidas	(16.453)	793	(15.660)

e) Expectativa de realização e valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas Os créditos tributários e as obrigações diferidas serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados. Apresentamos abaixo a estimativa de realização desses créditos tributários e obrigações diferidas, de acordo com o estudo técnico formalizado pela Administração do Banco:

	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Total
Créditos tributários	(38.834)	(3.979)	(5.498)	(2.824)	(11.365)	(62.500)
Obrigações diferidas	24.531	-	-	-	-	24.531

Para cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizada como custo de captação a taxa SELIC atual, aplicada sobre o valor nominal. O valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas totalizavam R\$58.286 e R\$22.978 (R\$50.996 e R\$14.036 em 2016), respectivamente.

21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, totalmente subscrito e integralizado está representado por 1.073.170 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de domiciliados no exterior no montante de R\$400.000. b) Dividendos: Conforme o estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 5% do lucro líquido anual, nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. Em 31 de dezembro de 2017, foi destinado dividendo mínimo de R\$802. c) Reservas de lucros: A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro do exercício até o limite definido pela legislação societária. Conforme estatuto social, foram constituídas reserva legal de R\$ 802 e reserva de lucros de R\$ 14.444.

22 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração: O Conselho de Administração manteve plano de remuneração fixa e variável aplicável aos diretores estatutários em conformidade com as disposições da Resolução nº 3.921/10, do Conselho Monetário Nacional. Os membros do Conselho de Administração recebem apenas remuneração fixa. O plano tem como principais objetivos: (i) alinhar a política de gestão de riscos com a remuneração dos Administradores do BCG-Brasil; (ii) não incentivar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pelo BCG-Brasil; (iii) motivar os Administradores a promover e suportar o crescimento do negócio, bem como os demais interesses dos acionistas; (iv) direcionar os Administradores no que tange aos principais objetivos de curto e de longo prazos; e (v) estabelecer formas de pagamento da remuneração variável atreladas à performance futura e à perenidade do negócio. A remuneração definida no plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Banco; (ii) o resultado geral do Banco, em particular o lucro recorrente realizado; (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (v) o desempenho individual dos Administradores com base em metas definidas para cada administrador; (vi) o desempenho da unidade de negócios; e (vii) o desempenho do Banco como um todo. A remuneração variável será calculada: (a) 50% (cinquenta por cento) a ser paga em espécie, em até 60 (sessenta) dias após a apuração dos resultados do exercício pertinente. (b) 10% (dez por cento) a ser pago em espécie, em até um ano do exercício pertinente, devendo esse valor ser calculado com base na variação ocorrida no valor contábil do patrimônio líquido do BCG-Brasil nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao seu pagamento, livre dos efeitos das transações realizadas com os proprietários, considerando os balanços publicados (os itens 'a' e 'b' serão considerados, em conjunto, "Remuneração Variável Direta"). (c) 40% (quarenta por cento) a ser pago em espécie em até 3 anos, de forma diferida considerando que o Banco é empresa de capital fechado, não possui ações negociadas no mercado e não emite instrumentos baseados em ações ("Remuneração Variável Diferida"). O direito ao recebimento a cada uma das parcelas da Remuneração Variável Diferida fica sujeito ao risco de perda total ou parcial no caso de redução significativa do lucro recorrente realizado ou de ocorrência de resultado negativo do Banco ou da unidade de negócios nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao seu pagamento, observado, ainda, em caso de desligamento dos Administradores. No exercício findo em 31 de dezembro 2017, foi pago aos Administradores o

montante de R\$3.842 (R\$4.953 em 2016), considerando salários e benefícios. b) Transações com partes relacionadas: As partes relacionadas do Banco incluem transações com a entidade controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A. – Lisboa, e as demais entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de capital exclusivamente público e controlado pelo Estado de Portugal. As transações com partes relacionadas foram contratadas em condições compatíveis com as práticas de mercado vigentes nas datas das operações, considerando-se a ausência de risco e estão resumidas a seguir para 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	Grau de relação	2017		2016	
		Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:					
Caixa Geral de Depósitos – Lisboa	Controladora	771	–	6.730	–
Caixa Geral de Depósitos – Espanha	Ligada	24	–	6.730	–
Investimento – participação em coligadas e controladas					
CGD Investimentos, CVC	Controlada	76.081	74.283	1.799	1.244
Depósitos					
Caixa Geral de Depósitos – Lisboa	Controladora	(7)	–	(7)	–
Caixa Banco de Investimento	Ligada	(7.051)	(212)	(6.845)	(138)
CGD Investimentos, CVC	Controlada	(148.616)	(7.229)	(1.383)	(426)
Obrigações por empréstimo no exterior					
Caixa Geral de Depósitos – New York (nota 17.e)	Ligada	(198.304)	(3.411)	(471.415)	(4.158)
Caixa Geral de Depósitos – Lisboa (nota 17.e)	Controladora	(71.849)	(2.387)	(128.356)	(2.771)
Banco Nacional Ultramarino (nota 17.e)	Ligada	–	(420)	(58.000)	(801)
Outras obrigações – Sociais e Estatutárias					
Caixa Geral de Depósitos – Lisboa	Controladora	(171)	–	(171)	–
Outras obrigações diversas					
Caixa Geral de Depósitos – Lisboa	Controladora	(2)	–	(2)	–
Receita prestação de serviços, comissão e estruturação de operações					
Banco Nacional Ultramarino		16	54	–	268
Caixa Geral de Depósitos – Grand Cayman		–	352	–	494
Caixa Geral de Depósitos – New York	Ligada	22	1.227	–	1.370
Caixa Geral de Depósitos – Espanha	Ligada	–	81	–	–

O Banco assinou, em 18 de dezembro de 2017, um contrato de linha de crédito de liquidez “standby” no montante máximo de €45.000 (quarenta e cinco milhões de euros) (nota explicativa nº 30.d) junto a Caixa Geral de Depósitos S.A. – Lisboa, com vigência de um ano.

23 LIMITES OPERACIONAIS – ÍNDICE DE BASILEIA E LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

O Banco Central do Brasil, através das Resoluções nº 4.192/13 e 4.278/13, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência em bases consolidadas sobre o conglomerado financeiro e através da Resolução nº 4.193/13, instituiu apuração do Patrimônio de Referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013. O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA) que passou a ser de 9,25% em 01 de janeiro de 2018 (8,625% até 31 de dezembro de 2017).

	2017	2016
a) Índice da Basileia:		
Risco de crédito – PEPR	92.341	122.711
Riscos de mercado- PCAM, PJURs e PACS	21.748	12.652
Risco Operacional – POPR	15.894	17.917
Patrimônio de referência exigido – PRE	129.983	153.280
Patrimônio de Referência-PR para limite de compatibilização com PRE	478.708	338.023
Índice da Basileia (*)	34,07%	21,78%

(*) O índice de Basileia é calculado para o Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, o qual é composto pelo Banco e sua controlada, a CGDI CVC. b) Limites de imobilização: As instituições financeiras devem manter suas aplicações no ativo permanente em nível inferior a 50% de seu Patrimônio de Referência-PR, na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2017 este limite, controlado com base no Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, corresponde a 0,57% (1,59% em 2016).

24 PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O Banco possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, homologado pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo. As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Performance do Grupo CGD; (b) Performance do Banco no Brasil; e (c) Performance individual através da avaliação de competências e cumprimento de metas.

25 RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em 31 de dezembro 2017 e de 2016, estão assim representadas:

	2017		2016
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Comissão de estruturação e assessoria em operações	260	348	5.962
Rendas garantias prestadas	3.898	8.604	10.686
Outras	325	359	1.152
Total	4.483	9.311	17.800

26 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 31 de dezembro 2017 e de 2016 estão assim representadas:

	2017		2016
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Processamento de dados	3.907	7.759	7.581
Aluguel	1.619	3.574	3.542
Serviços técnicos especializados	1.163	2.281	1.787
Depreciação e amortização	335	676	719
Serviços do sistema financeiro	774	1.510	1.917
Viagens	164	336	548
Publicações	171	353	360
Seguros	169	335	371
Manutenção e conservação de bens	171	328	228
Comunicação	303	644	593
Vigilância e segurança	178	357	333
Serviço de terceiros	182	462	813
Transportes	2.335	4.043	134
Água, energia e gás	77	164	155
Comissões pagas	69	136	136
Outras	597	1.495	1.614
Total	12.214	24.453	20.831

27 DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Em 31 de dezembro 2017 e de 2016 estão representadas por:

	2017		2016
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas de contribuição ao COFINS	1.292	2.475	3.922
Despesas de impostos sobre serviços prestados – ISS	29	35	356
Despesas de contribuição ao PIS	210	402	637
Despesas municipais	1.010	1.010	-
Outras	116	198	67
Total	2.657	4.120	4.982

28 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais:

	2017		2016
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Recuperação de encargos e despesas	22	64	452
Varição monetária ativa	118	246	313
Rendas de títulos e créditos a receber	210	1.166	1.435
Descontos obtidos	44	118	375
Reversão da desvalorização de títulos livres-debêntures	583	778	-
Reversão de provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	-	-	757
Reversão provisão PLR	-	2.000	-
Outros	3	12	97
Total	980	4.384	3.429

b) Outras despesas operacionais

	2017		2016
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Processos fiscais e trabalhistas (nota explicativa nº 19.b)	(612)	(952)	(742)
Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	(8.541)	(8.212)	-
Multas e juros	-	-	(8)
Provisão para perdas outros valores e bens (nota explicativa nº 13)	(7.571)	(7.571)	-
Outras despesas	(863)	(866)	(201)
Total	(17.587)	(17.601)	(951)
Total outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(16.607)	(13.217)	2.478

29 RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Em 2017, refere-se basicamente a aluguel de imóvel adjudicado R\$54.

30 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Avais e fianças Responsabilidade do Banco por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros:

Descrição	2017	2016
Fianças e garantias prestadas – pessoas físicas e jurídicas (nota explicativa nº 18.c)	<u>323.249</u>	<u>413.226</u>

b) Benefícios a empregados: A partir do ano de 2010, o Banco passou a oferecer o benefício de um plano de previdência privada a seus funcionários, contribuindo mensalmente para entidade aberta de previdência privada, com um percentual sobre o salário bruto do funcionário, desde que o mesmo contribua com o mesmo percentual. O objetivo é o de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, enquanto os mesmos forem funcionários, sendo esta a única responsabilidade do Banco como patrocinador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o montante de contribuição é de R\$304 (R\$288 em 2016) e foi registrado como despesa de pessoal. c) Contratos de seguros: O Banco possui seguro de riscos nomeados com cobertura básica para incêndio, raio, explosão ou implosão – prédio, maquinismo, móveis e utensílios, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, interrupção de negócio em decorrência de cobertura básica, perda ou pagamento de aluguel, despesas com recomposição de registros e documentos e responsabilidade civil para estabelecimentos comerciais. O valor máximo de cobertura é de R\$8.200 (R\$13.824 em 2016). E o período de cobertura se estende até julho de 2018. d) Linha de crédito com a matriz: O Banco assinou em 18 de dezembro de 2017 com a Caixa Geral de Depósitos S.A., contrato de linha de crédito de liquidez no montante máximo de €45.000 (€120.000 em 2016), renovado pelo prazo de um ano. e) Outras informações: Acordo de compensação e liquidação de obrigações – o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com os clientes com os quais possui essa modalidade de acordo.

A Diretoria

Controller

Lúcio Fábio Tavares Garcia – CRC 1SP 223.923/O-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do **Banco Caixa Geral – Brasil S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Caixa Geral – Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Caixa Geral – Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes:** Os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas, datado de 16 de fevereiro de 2017. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de março de 2018.